

PERSPECTIVAS DA CIÊNCIA POLÍTICA NA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS: UMA ENTREVISTA COM O CIENTISTA POLÍTICO TIAGO BORGES NA SEÇÃO ESPECIAL CORONAVÍRUS

Perspectives from the political Science on the coronavirus pandemic: An interview with political scientist Tiago Borges in the Coronavirus special edition

Entrevistado

Tiago Daher Padovezi Borges

Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
tiago.daher@ufsc.br
<https://orcid.org/0000-0001-6961-8579>

Entrevistadores

Bruno Veçozzi REGASSON

Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
Universidade Federal de Santa Catarina
brunovregasson@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-2703-023X>

Daniel Augusto PARO

Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
daniel_paro12@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0353-8098>

PALAVRAS-CHAVE: Ciência Política. Coronavírus. Políticas Públicas.

KEYWORDS: Political Science. Coronavirus. Public Policies.



Tiago Daher Pedovezi Borges é professor de Ciência Política do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestre e doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Sua atuação é no estudo dos partidos políticos brasileiros, com ênfase em investigações eleitorais e, principalmente, em seus contatos com grupos de interesse. O Professor Tiago Borges tem publicado sobre o enfrentamento à Covid19 em Santa Catarina no projeto especial do Jornal Nexo e da ABCP "Os governos estaduais e as ações de enfrentamento à pandemia no Brasil" (NEXO, 2020). O convidamos para uma conversa sobre os impactos políticos do coronavírus no país e no mundo, bem como sobre os temas que a pandemia faz submergir para as ciências sociais e a ciência política em especial.

A pandemia global do coronavírus acontece em um período de virada na política internacional com a ascensão das ditas novas direitas. Há algo em comum nas reações à pandemia dos diversos líderes normalmente apontados como da nova direita pelo mundo? O que o coronavírus pode significar para o futuro dessas novas lideranças e dessa tendência conservadora, populista e frequentemente antidemocrática?

Apesar de estarmos vivendo um período de ascensão de forças políticas de direita e extrema direita em alguns países, não acho que é possível observar com clareza uma ação uniforme desses governos. Por exemplo, em países como a Hungria e a Polônia, o sentido da ação foi de enfrentamento da pandemia a partir das recomendações da OMS, com medidas de isolamento social. Já no Brasil e nos Estados Unidos, mesmo com algumas oscilações, menosprezou-se a letalidade da doença, colocando destaque nos efeitos econômicos danosos que aconteceriam com as interrupções das atividades. Nesses casos, além da questão econômica, tem sido colocado em questão o tema de uma suposta interferência abusiva dos governos na restrição das liberdades individuais.

Além dessas diferenças na atuação, questiono uma propagada conexão da adoção de medidas de isolamento e respeito aos valores e às instituições democráticas. Por exemplo, na Hungria houve uma profunda e preocupante centralização decisória nas mãos do primeiro ministro Viktor Orban. Também é conhecida a declaração do presidente filipino Rodrigo Duterte sobre a ordem da polícia de seu país de "atirar para matar" quem descumprir as regras de isolamento. Ou seja, não creio que seja possível nem identificar

um padrão único de atuação de governos classificados como da “nova direita” e nem que exista uma clara associação de adoção das medidas preconizadas pela OMS e o respeito às regras democráticas.

Assim, é importante lidar com especificidades locais desses governos. O “guarda-chuva” das novas direitas abriga um conjunto heterogêneo de casos, com diferenças nas atuações, objetivos e em relação ao contexto político e institucional. Os líderes desses países, as disputas locais e as instituições que constroem cada um desses governos importam para realizarmos alguma comparação mais cuidadosa.

Pensando no futuro, é possível pensar em dois desafios para as forças políticas. O primeiro refere-se ao tamanho do Estado. Os sistemas de saúde e as políticas de distribuição de renda e assistência social foram colocadas no centro do debate e creio que irão permanecer durante um tempo, gerando uma tensão mais duradoura, principalmente em governantes que defendiam a redução do Estado. Um segundo desafio refere-se ao papel da ciência e de como os governos devem lidar com os direitos civis nessas circunstâncias. Nesse ponto, o que tem se visto são manifestações contrárias às muitas suspensões de atividades econômicas e de mobilidade anunciadas pelos Estados. Tal tema deve perdurar, tensionando a condução da pandemia e seus efeitos econômicos e políticos.

A postura de Jair Bolsonaro no enfrentamento ao coronavírus têm sido errática e duramente criticada. Como o senhor entende a estratégia política de Bolsonaro na tomada de suas decisões frente à pandemia e o cálculo que motivou seus posicionamentos contrários a medidas de quarentena e distanciamento social? Tendo em vista a última pesquisa Datafolha (2020) que aponta a alta na aprovação do Presidente, a tática está dando certo?

Mesmo parecendo estranho, é importante separar a postura do Bolsonaro da atuação de todo o Executivo federal. Não acredito que a postura do Bolsonaro seja errática em relação à pandemia. Acho ela razoavelmente consistente e, mesmo com poucas oscilações, envolve a minimização da sua gravidade e um combate às medidas de isolamento social, com a responsabilização aos governadores. Mesmo com um silêncio recente, não consigo identificar alterações que indiquem um comportamento errático. Agora, quando olhamos para o Ministério da Saúde, é possível identificar momentos

distintos na condução, que inicia com uma tentativa de organização do enfrentamento, no período Mandetta, mas que se transforma em uma progressiva omissão por parte do governo federal. A instabilidade ministerial teve um sentido claro, que foi de alinhamento com a postura inicial do Bolsonaro. Assim, é perceptível que a batalha presidencial foi mais no sentido de uma redução dos ruídos no quadro ministerial do que de tomada de protagonismo em relação ao enfrentamento da pandemia.

E, pensando em uma estratégia, é visível a intenção de atribuir os danos aos governadores. Mesmo sendo importante para a redução dos óbitos, a decisão do STF de garantir autonomia estadual fortaleceu essa postura do presidente. Identifico uma estratégia pautada na permanência no poder em 2022, minando eventuais desafiantes entre os governadores.

Além disso, é importante destacar que o Bolsonaro, colocado às pressas no PSL, hoje está sem partido político. Isso não é trivial e indica uma recusa a laços mais sólidos com organizações, com governantes locais de um partido ou uma coalização. Trata-se de uma desconexão sugestiva, que parece indicar um cálculo centrado apenas em seu grupo político instalado no Planalto. Ou seja, é possível pensar em uma estratégia, mas aparentemente desconectada de outras forças políticas, pois essa parece ser a proposta da “nova política”, que recusa os partidos políticos e as coalizões.

Em relação ao recente aumento da popularidade, acho muito cedo para afirmar algo sobre 2022. Assim como os percentuais aumentaram agora, eles podem voltar a cair. De qualquer modo, mesmo sem o presidente tê-lo arquitetado ou defendido em um primeiro momento, o benefício emergencial parece ter tido um efeito expressivo. O quadro perfeito para o governo seria manter algum auxílio maior e mais abrangente que o Bolsa Família e conseguir atribuir os danos da pandemia aos governos estaduais. Mas acho muito cedo para afirmar qualquer coisa por conta da natureza da crise e também pelo fato de que esse governo se move em solavancos, sem qualquer previsibilidade decisória. A tal “nova política” não oferece parâmetros para afirmarmos muita coisa.

Por todo o país temos visto a nível federal, estadual e municipal uma complexa interação entre atores jurídicos e políticos no contexto pandêmico. Não apenas se vê o avanço de investigações de norte a sul decorrentes de irregularidades nas ações

de membros do executivo, mas as próprias decisões de prefeitos, governadores e até mesmo do Presidente são frequentemente contestadas pelo judiciário e pelo Ministério Público. Como a pandemia atualiza a agenda de discussões da chamada judicialização da política na ciência política?

Não resta muitas dúvidas que a Justiça tem tido um papel importante nesse período de enfrentamento da pandemia. Consigo vislumbrar duas questões que tem incidido na justiça: as disputas relativas às medidas de isolamento e as investigações a respeito de irregularidades na compra de respiradores e outros insumos. Em relação ao primeiro ponto, é importante destacar que os órgãos de justiça estaduais têm sido acionados tanto por aqueles que defendem medidas de isolamento, quanto por aqueles que são contrários. O que é possível afirmar é que os MPs estaduais têm tido razoável importância em alguns estados, indagando e pressionando governadores e prefeitos e, muitas vezes, entrando na justiça. Ou seja, a autonomia conferida aos estados na condução de seu enfrentamento tornou as instâncias judiciárias locais importantes arenas de disputa.

Em relação aos escândalos recentes envolvendo a compra de respiradores e outros insumos, é importante contextualizar essas supostas irregularidades. Não se trata de uma questão apenas local, que pode ser atribuída unicamente à índole dos gestores. Esses escândalos apareceram em alguns estados e municípios e, recentemente, algumas denúncias também apareceram em outros países da América Latina. Pensando nos casos brasileiros, acredito que a escassez de recursos e a ausência de uma coordenação de esforços de enfrentamento acentuaram a possibilidade de que práticas corruptas ocorram. Mesmo sem qualquer intenção de atenuar aqueles que cometeram irregularidades, é necessário destacar a aparente ausência de uma coordenação de esforços na aquisição desses recursos, ou seja, é fundamental indagar até que ponto, em um contexto de escassez mundial desses recursos, a ausência de uma clara coordenação interna dos esforços de compra e distribuição pode ter fragilizado muitas dessas compras.

É possível dizer que estamos vendo um novo funcionamento do pacto federativo brasileiro que tem origem nos atritos do Presidente com governadores desde o início de seu mandato e se intensifica agora durante a crise do coronavírus? Quais as consequências - para governadores, prefeitos e para o Presidente - da

decisão do STF que empoderou os entes estaduais e municipais no enfrentamento a pandemia?

Acho ainda precipitado falar em “novo funcionamento do pacto federativo”. É importante ir com calma, pois há variações de centralização e descentralização decisória a partir da política pública em questão. Assim, não é possível pensar em um único arranjo de distribuição de competências entre as esferas de governo. Uma outra limitação é que esses pactos envolvem regras e procedimentos de funções e de arrecadação. Tratam-se de mudanças mais profundas, que incidem nas instituições que regem o funcionamento do governo em suas diferentes áreas de atuação. Nesse momento, não acredito que um novo arranjo esteja sendo desenhado para se consolidar em termos constitucionais. Não consigo ver nem um projeto desenhado nesse sentido, nem condições políticas para o governo federal implementar algo dessa natureza.

Um elemento que pode produzir efeitos mais duradouros é que essa descentralização decisória aumentou a necessidade de coordenação local por parte de governadores e prefeitos de uma mesma região. A propagação do vírus depende não apenas de como cada localidade enfrenta o problema, mas também como regiões próximas o fazem. Portanto, é possível ver algumas articulações autônomas de governos locais no sentido de coordenarem medidas de isolamento e de fortalecimento do sistema de saúde. De qualquer modo, acho muito cedo para pensar se esse tipo de iniciativa pode se converter em práticas mais institucionalizadas e, assim, alterar algo na condução das políticas públicas de maneira duradoura.

Em Santa Catarina, tanto o sistema público de saúde quanto o privado passaram por momentos de tensão, com a lotação dos leitos de UTI chegando a 98% em algumas regiões do estado durante o mês de Julho. O senhor tem acompanhado a situação local e publicado sobre em projeto especial do Jornal Nexo e da ABCP. Qual a atual situação do estado em relação ao covid19? Quais são as especificidades e as estratégias do governo estadual no enfrentamento a pandemia? E do município de Florianópolis?

Não tenho conhecimento para avaliar a situação epidemiológica do estado. De qualquer modo, pelos números mais recentes de ocupação de leitos de UTI, a situação

demanda preocupação, mas menos do que semanas atrás. Nesses quase seis meses, Santa Catarina teve diferentes momentos de condução do enfrentamento, passando de um protagonismo do governo do estado para uma persistente descentralização decisória aos municípios na adoção de medidas de restrição de atividades econômicas e mobilidades. Apesar de algumas ações recentes do governo do estado em regiões de situação mais grave, o quadro de descentralização decisória permaneceu. Nesse ambiente, poucos municípios adotaram restrições ao funcionamento das atividades econômicas nos momentos mais agudos. Florianópolis tem adotado algumas restrições nesses momentos, que incidem no transporte público e na limitação de funcionamento de alguns estabelecimentos.

O caso catarinense parece mostrar que a tomada de decisão, mesmo em momentos mais críticos, é constrangida por escolhas passadas e pelo contexto econômico e político. Em relação ao contexto do político, é importante mencionar o processo de impeachment, que tem abalado o governo estadual. Além disso, descentralização decisória também pode ter gerado efeitos mais permanentes, tornando mais custoso o retorno ao protagonismo estadual. Um ponto final que deve ser objeto de estudos futuros é o peso da estrutura de saúde prévia e de determinadas condições socioeconômicas. Embora Santa Catarina tenha tido um aumento expressivo de casos e óbitos, os números relativos ainda são bem distantes de outras regiões do país. O que acho importante destacar é que governantes não agem no vácuo, decidindo com base apenas em seus princípios, mas estão imersos em pressões e certos contextos que favorecem ou restringem determinadas ações.

Recentemente o TSE oficializou o novo calendário eleitoral de 2020 alterando prazos, estipulando protocolos de segurança e tomando outras providências relacionadas. Quais são os principais impactos esperados do coronavírus nas eleições municipais de 2020? O que poderá mudar no período eleitoral, nos modelos de campanha, na participação do eleitorado e até mesmo nos resultados eleitorais esse ano?

Não acho que é possível prever com segurança alguma coisa nesse contexto. As eleições de 2018 tiveram um impacto muito grande no sistema partidário brasileiro, estabelecendo uma fragmentação assustadora das forças políticas. A redução da força dos

partidos tradicionais e o fortalecimento de partidos menores no campo da direita é ainda recente, e não acho possível prever se essa situação vai se consolidar. Além disso, eleições municipais se movem de maneira distinta das estaduais e da nacional. O fato de ter um calendário próprio confere às eleições municipais um caráter singular, com a proeminência de temas locais e com forças políticas distintas das disputas nacionais. A influência do Bolsonaro é incerta pelo motivo já anunciado anteriormente: ele não estabeleceu apoios sólidos com lideranças locais. Talvez ele apoie algumas candidaturas, mas nada semelhante ao que acontecia em governos como o do PT e do PSDB.

Em relação às campanhas, apesar do crescimento das redes sociais, as questões locais e as urgências da pandemia devem aparecer de maneira decisiva. Por exemplo, o modo como governos locais conduziram a pandemia nesse ano pode se tornar mais decisivo que alguns temas morais evocados pelas redes sociais. Outro ponto que deve gerar grande incerteza é que nessas eleições estão proibidas as coligações para a disputa legislativa. Isso deve imprimir transformações no sistema partidário brasileiro, com uma possível redução de competidores. Ou seja, 2020 nos sugere mais dúvidas do que tendências. Talvez essa deva ser a realidade ainda em outras eleições futuras, em um período mais longo que devemos passar por modificações nas forças políticas e uma reconstrução de algum padrão de disputa eleitoral.

Finalmente: qual o papel das ciências sociais e da ciência política no enfrentamento a pandemia? O que nós como acadêmicos, pesquisadores, estudantes e professores temos a contribuir a essa crise sanitária sem precedentes?

Acredito que a principal contribuição das Ciências Sociais é a de chamar atenção para a impossibilidade de tratar o enfrentamento do novo coronavírus de maneira “laboratorial”. Tanto a propagação do vírus quanto as dificuldades de implementação de medidas de isolamento social devem ser contextualizadas, sendo fundamental tratarmos as iniciativas de enfrentamento a partir de sua interação com questões sociais e políticas. Ou seja, as medidas propagadas pela OMS devem ser pensadas também a partir de dificuldades e limites, condicionadas por nossas heranças econômicas, sociais e políticas.

Como afirmei anteriormente, governantes não agem a partir apenas de sua vontade e de suas inclinações, mas também a partir de “heranças” com quais eles se deparam, que

vão influenciar de maneira decisiva tanto a tomada de decisão quanto os resultados dessas. Apesar do temor relativo à polarização que atingiu o enfrentamento da pandemia, é necessário contribuirmos na discussão sobre os efeitos e os limites impostos por diferentes condições socioeconômicas, práticas sociais e contextos institucionais e políticos. Acredito que é nesse ponto que podemos contribuir de maneira mais decisiva, buscando explicar o porquê de nem todos os “pacientes” conseguirem adotar as mesmas “prescrições médicas” e como é necessário pensar em novas “prescrições”, que levem em conta esses condicionantes.

REFERÊNCIAS

NEXO. **Como os governos estaduais lidam com a pandemia.** 2020. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/especial/2020/05/10/Como-os-governos-estaduais-lidam-com-a-pandemia>. Acesso em: 18 ago. 2020.

DATAFOLHA. **Aprovação a Bolsonaro cresce e é a mais alta desde início de mandato.** 2020. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2020/08/1988832-aprovacao-a-bolsonaro-cresce-e-e-a-mais-alta-desde-inicio-de-mandato.shtml>. Acesso em: 18 ago. 2020.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

Perspectivas da ciência política na pandemia do coronavírus: Uma entrevista com o cientista político Tiago Borges na seção especial coronavírus

Tiago Daher Padovezi Borges

Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil
tiago.daher@ufsc.br

<https://orcid.org/0000-0001-6961-8579>

Bruno Veçozzi Regasson

Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil
brunovregasson@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-2703-023x>

Daniel Augusto Paro

Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil
daniel_paro12@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-0353-8098>

FINANCIAMENTO



Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à Em Tese os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional (CC BY). Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO

Recebido em: 07 de setembro de 2020.

Aprovado em: 07 de setembro de 2020.

